

Justiça em

Edição 46  
Ano IX - abril 2015



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

## Atividades Especiais

Conheça os direitos  
dos trabalhadores  
que exercem  
atividades especiais

### NESTA EDIÇÃO

Gestão de Riscos

Os perigos da Dengue

Cadastramentos de ações

Doações que geram desconto no IR

Subseção de Osasco

Eventos, Cultura e Lazer



# Melhores condições de trabalho

Muitos foram os desafios apresentados à Administração nos primeiros meses de 2015. Fatos públicos e notórios, como a demora na aprovação do orçamento (o que ocorreu apenas em março) e a possibilidade de racionamento da água, repercutiram nas nossas atividades. E, não obstante as dificuldades, buscamos assegurar a continuidade dos serviços prestados de acordo com os parâmetros qualitativos e quantitativos exigidos para a realização da atividade fim.

Comunicamos que a partir de abril serão iniciadas as reformas necessárias para a troca do piso nos Fóruns Cível, Previdenciário e Criminal da capital e no Fórum de Ribeirão Preto. No prédio do Juizado Especial Federal de São Paulo, por sua vez, será realizado o complemento da reforma elétrica já iniciada.

Trata-se de obras importantes para a conservação do nosso patrimônio e para o bem-estar de todos os usuários. O empenho do Presidente do nosso Tribunal, Desembargador Fábio Prieto, foi

fundamental para que fosse destinado crédito orçamentário especial para o custeio destas reformas.

Informamos, ainda, que neste primeiro semestre o Fórum de Sorocaba ganhará nova sede, compatível com a importância e as necessidades da Subseção.

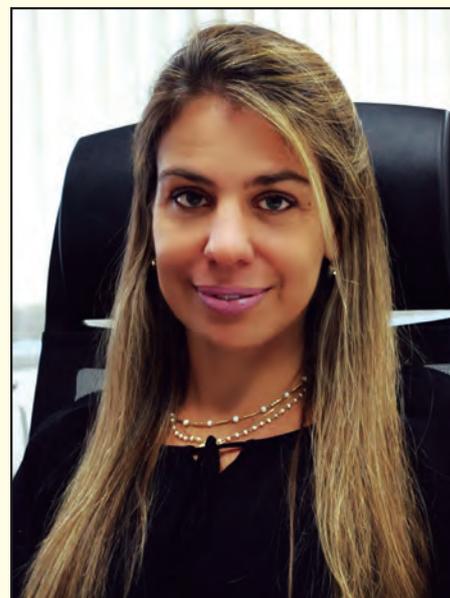
De outro lado, como já vem sendo anunciado desde o final do ano passado, os candidatos aprovados no concurso público estão tomando posse e sendo lotados nas Varas e Juizados da capital e do interior, suprimindo, aos poucos, os claros existentes.

A Diretoria do Foro tem envidado todos os esforços para proporcionar aos juízes e servidores as melhores condições de trabalho. Está à disposição de todos vocês!

Para finalizar, merecem destaque as principais matérias apresentadas na presente edição desta revista: “Atividades Especiais”; “Cadastro de Processos da Competência Delegada”; “Gestão de Riscos”; “Cidadania Tributária” e

“Dengue e Chikungunya”. Para encerrar, um rápido giro pela Subseção de Osasco, com sua história e peculiaridades.

Boa leitura a todos!  
Um grande abraço,



**Giselle de Amaro e França**  
Diretora do Foro



Giselle de Amaro e França  
Juíza Federal Diretora do Foro

Valdeci dos Santos  
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

Rodrigo Corral  
Diretor da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro  
Diretor do Núcleo de  
Comunicação Social

**Seção de Multimídia e Audiovisual**  
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)  
Coaracy Caracas Soares Santos  
Javã de Carvalho

**Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa**  
Fernando Coleti (supervisor)  
Jefferson Messias  
Kátia Serafim

**Estagiários**  
Michel Mendes  
Natália Paz  
Teidy Nakao

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br  
Telefones: (11) 2172-6175

Leia esta e outras edições em:  
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

# CADASTRAMENTO DE PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DELEGADA

Quando um fórum ou vara federal é inaugurado, há um trabalho importante, porém nem sempre notado, que precisa ser feito para que a nova unidade atenda plenamente a população: o cadastramento dos processos provenientes da competência delegada. Em virtude das inaugurações ocorridas nos últimos anos na Seção Judiciária de São Paulo, diversos fóruns tiveram que realizar essa relevante tarefa.

A competência delegada, prevista na Lei nº 5.010/66, estabelece que nas comarcas do interior onde não existam varas da Justiça Federal, os juízes estaduais são competentes para processar e julgar os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas comarcas (art. 15, I). Contudo, no final do ano passado, a Lei 13.043/2014 revogou essa autorização e, assim, as execuções fiscais de matéria federal passaram a ser distribuídas apenas na Justiça Federal.

Dinalva Machado Costa, diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NUAJ), explica, no entanto, que a legislação ainda possibilita a interposição de ações previdenciárias no fórum estadual quando o autor não residir em município sede de vara federal. “As ações previdenciárias também são enviadas pela Justiça Estadual para redistribuição quando ocorre a abertura de fórum federal no município, embora a maior demanda seja de ações de execução fiscal”, ressalta Dinalva.

Um dos papéis do NUAJ é dar apoio e acompanhar os trabalhos de redistribuição dessas ações. “A orientação é que as subseções da Justiça Federal contatem as comarcas estaduais para acordar um cronograma de remessa dos processos, de forma compatível com a realização das demais atribuições do novo fórum. É fundamental a realização

de uma força-tarefa, na qual os servidores da vara auxiliem os servidores do administrativo na redistribuição dos processos”, diz a diretora.

## São Vicente

Um bom exemplo desse trabalho ocorreu na Subseção Judiciária de São Vicente/SP, que instalou sua 1ª Vara Federal com competência mista em outubro de 2014. A juíza federal titular da Vara, Anita Villani, explicou que a tarefa de cadastrar e distribuir as ações da competência delegada foi planejada antes mesmo da inauguração.

“Entrei em contato com os colegas da Justiça Estadual para combinarmos a remessa dos processos, que foi feita em etapas. Ficou acertado que nas duas primeiras semanas seriam remetidos todos os processos previdenciários, num total de aproximadamente 1500. Depois, nas semanas seguintes, seriam remetidas as execuções fiscais, mil por semana, num total de aproximadamente 5 mil”, esclarece a juíza.

De acordo com o relato, os dois servidores do setor de distribuição recebiam os processos, colocavam a capa e etiquetavam. No restante do tempo, efetuavam o cadastramento e a distribui-

ção para as varas. No entanto, ficou evidente que somente com dois servidores seria impossível dar conta das mil ações recebidas na semana. Desta forma, todos os demais servidores da Vara, inclusive a própria juíza, passaram a fazer o cadastramento e a distribuição.

“Pedimos autorização ao NUAJ para operarmos o sistema, e assim conseguimos distribuir todos os processos sem que houvesse acúmulo. A Vara foi inaugurada em meados de outubro, e antes do recesso já tínhamos distribuído todas as ações”, afirma a magistrada.

Ao falar sobre a realização da tarefa, Anita Villani reconhece que o trabalho foi de todos, sem exceção. “Estou muito orgulhosa dos servidores da Vara, eles efetivamente são uma equipe. Em nenhum momento reclamaram de fazer o cadastramento e distribuição (que, em tese, não seria atribuição da Vara). Esse foi o grande diferencial”.

Para Dinalva Costa, que elogiou o trabalho realizado na Subseção de São Vicente, “todo auxílio e colaboração é muito bem vindo, principalmente num momento de abertura de fórum, quando tudo é novo e desconhecido, quando os procedimentos estão sendo implantados. Nesse momento o trabalho de equipe é mais que fundamental”. ■



Subseção Judiciária de São Vicente

# ACONTECEU – FEVEREIRO/MARÇO



**Novos Servidores** – Entre os meses de fevereiro e março 29 técnicos e 32 analistas foram nomeados na Seção Judiciária de São Paulo. Eles foram aprovados no último concurso de ingresso, realizado em 2014 e foram lotados na capital, interior e litoral.

**Visita** – O juiz federal Marco Aurelio de Mello Castrianni recebeu, no dia 05/03, a visita de um representante do Ministério do Exterior do Japão, acompanhado de membros do consulado japonês. O objetivo do encontro foi obter informações sobre o modo como a Justiça Federal aplica a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, também conhecida como Convenção de Haia.





**Água e Energia** - Em 10/2, o desembargador federal Fábio Prieto, presidente do TRF3, recebeu a Comissão de Gestão Ambiental, além de servidores da Administração e de áreas técnicas da instituição, para debater novas medidas de economia de água e energia na JF.



**São Vicente** - No dia 30/1, magistrados, servidores e terceirizados do Fórum de São Vicente promoveram um chá de bebê, para duas colaboradoras da área de limpeza. Na festa foram arrecadadas fraldas, lenços umedecidos, roupinhas e até uma ajuda pecuniária.



**Gestão de Risco** – Aconteceu, no auditório do JEF em São Paulo, no dia 2/2 o curso “Gestão de Riscos”. Ministrado pela servidora do Tribunal de Contas da União em Brasília, Maria Lúcia de Lima, teve como discussão o reconhecimento da gestão de risco em uma organização. 📹



**Caraguatatuba** – Até o dia 4/5 o Fórum Federal em Caraguatatuba/SP realiza a exposição de artesanato “Mestres da Fibra”. Artesãos do município expõem a arte do trançado com as diferentes fibras naturais encontradas na região do litoral norte paulista. A mostra está aberta de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, com entrada gratuita. O Fórum está localizado na rua São Benedito, 39 – Centro.



**Media Training** – Foi realizado no dia 17/3 o curso de “Media Training” para juízes federais da 3ª Região. O evento teve como objetivo demonstrar a importância de estabelecer um bom relacionamento entre Judiciário e a imprensa e aprimorar a função de cada um dos participantes como porta-vozes da instituição. 📹

# DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.

## 25/03 - LIBERDADE PROVISÓRIA A ESTRANGEIROS PRESOS COM PASSAPORTES FALSOS

A decisão explica que os “investigados são estrangeiros oriundos de região dominada pela guerra (Iraque e Síria), inclusive tendo origem curda, minoria étnica e religiosa, bem como não apresentaram qualquer antecedentes”. 

## 19/03 - EX-FISCAL DO TRABALHO É CONDENADO POR SOLICITAR PASSES DE ÔNIBUS

Um auditor fiscal do trabalho, aposentado, foi condenado por ter praticado o crime de corrupção passiva ao solicitar ilicitamente passes de ônibus a uma empresa de transporte em São José do Rio Preto/SP. 

## 11/03 - CAIXA DEVE INDENIZAR COMPRADORA POR PROBLEMAS NO IMÓVEL

A CEF foi condenada a indenizar por danos material e moral a compradora de um apartamento no Programa de Arrendamento Residencial, devido a diversos problemas estruturais do imóvel desde a entrega das chaves. 

## 03/03 - LICENÇA MÉDICA DE SERVIDORA NÃO IMPEDE O DIREITO A FÉRIAS

Uma analista tributária da Receita assegurou o direito às férias com mandado de segurança contra o órgão, que havia aplicado o cancelamento devido ao afastamento involuntário da servidora para tratamento de saúde. 

## 25/02 - ADMINISTRADORES DE BINGO SÃO CONDENADOS POR SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal, entre julho de 2001 e dezembro de 2004, a empresa procedeu à retenção apenas parcial dos valores referentes ao IRRF. 

## 23/03 - INCIDE IPI SOBRE PRODUTOS IMPORTADOS PARA REVENDA NO MERCADO NACIONAL

Entendimento é que a saída das mercadorias do estabelecimento importador para revenda, ainda que já acabadas, é um novo fato gerador. 

## 18/03 - NEGATIVA DE FINANCIAMENTO NÃO GARANTE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Autora da ação não conseguiu provar que banco teria transgredido os parâmetros legais em sua atividade. 

## 11/03 - INFRAERO PODE COBRAR DE COMPANHIAS PELA UTILIZAÇÃO DE RAIO-X

A União e a Infraero não têm obrigação de custear para companhias aéreas a inspeção com raio-x de cargas a serem exportadas para os Estados Unidos. 

## 02/03 - ALUNO PODE ESTAGIAR MESMO SEM NOTA MÍNIMA EXIGIDA PELA UNIVERSIDADE

O estudante havia sido aprovado no processo seletivo de estágio da empresa Mercedes-Benz. No entanto, a UFABC se recusou a assinar o termo de compromisso de estágio. 

## 13/02 - SERVIDOR UNIVERSITÁRIO TRANSFERIDO CONSEGUE VAGA EM UNIVERSIDADE EQUIVALENTE

Militar foi transferido para São José dos Campos e buscava uma vaga na UNESP em Guaratinguetá. 

## 04/02 - NEGADA PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Ação tinha como objetivo condenar o IBGE a conceder progressão funcional a um grupo de servidores na proporção de uma referência a cada 12 meses de efetivo exercício, pagando as parcelas vencidas. 

## 20/03 - INSTRUTOR DE CAPOEIRA NÃO PRECISA SER PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conselho Regional de Educação Física alegava que a atividade é própria do profissional de educação física, e que qualquer treinamento na área de desporto deve ser ministrado por este profissional. 

## 12/03 - CANDIDATO COM SURDEZ UNILATERAL NÃO PODE SER NOMEADO EM CARGO A DEFICIENTES

o magistrado do TRF3 afirmou que jurisprudência do STF pacificou o tema para que "a perda auditiva unilateral não é condição apta a qualificar o candidato a concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência". 

## 09/03 - PUNIÇÃO APLICADA PELA OAB/SP A ADVOGADO QUE RETEVE CRÉDITO DE CLIENTE É VÁLIDA

Após reclamação do ex-cliente para a OAB/SP, o advogado respondeu processo disciplinar que culminou com a condenação. 

## 27/02 - TRF3 MANTÉM SUSPENSÃO OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Decisão determina complementação de estudo de impactos ambientais relativos à mobilidade e ao adensamento populacional em cidades do litoral norte paulista. 



# GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Os riscos estão presentes em todas as partes: um acidente na rua, uma discussão no trânsito, uma doença, uma catástrofe natural, etc. Mas o que esses riscos têm em comum? Todos são eventos futuros, incertos e que afetam os objetivos dos envolvidos. Seja na vida pessoal ou na administração de uma organização, os riscos existem e não podem ser ignorados.

Com esse enfoque, a Justiça Federal em São Paulo, por meio do Núcleo da Escola de Servidores (NUES), deu o seu primeiro passo na busca de implantar uma metodologia de gestão de riscos na instituição, organizando um curso de 20 horas oferecido a 66 servidores, que abordou os princípios e diretrizes desse tipo de gestão.

Ministrado pela servidora do Tribunal de Contas da União em Brasília (TCU/DF), Maria Lúcia de Lima, o curso consistiu na discussão e reconhecimento dos princípios da gestão de riscos em uma organização. “Sem conhecer e atuar sobre os riscos, pode haver surpresas. Quando ele se concretiza (o evento ocorre), ele torna-se um problema. E é isso que pode ser evitado,” alerta a palestrante.

O curso foi dividido em dez tópicos: conceitos gerais, identificação e avaliação dos riscos, controle no gerenciamento, formas de tratamento, normas mais utilizadas, implantação e incorporação, modelos mais utilizados, iniciativas do TCU, importância da gestão de riscos para o sucesso das organizações públicas e o papel da auditoria interna.

Dentre os riscos que mais podem afetar o setor público estão as mudanças no cenário econômico (diminuição/aumento do crescimento econômico), redução da arrecadação, mudanças no cenário político, desvios de recursos (fraudes, impropriedades), tecnologia (incapacidade de acompanhar o desenvolvimento,

dificuldades de introduzir novas tecnologias, pouco investimento), deficiências de planejamento, falta de projeto-piloto, falhas na execução dos projetos, deficiências de pessoal, entre outros.

Os princípios de uma gestão de riscos contribuem para a realização dos objetivos da organização e melhoram o seu desempenho, abordando explicitamente a incerteza, de forma sistemática, estruturada e oportuna. Ela é feita sob medida, considerando os fatores humanos e culturais da organização, sendo transparente e inclusiva. Como benéfico, melhora a gestão de incidentes, a eficiência operacional, reduz perdas e custos, governança corporativa, etc.

A exemplo do que já ocorre no TCU, a Justiça Federal em São Paulo também deverá adotar a gestão de riscos nos próximos anos. Sua implantação será paulatina e seguirá algumas etapas.



A servidora do TCU, Maria Lúcia de Lima, ministra o curso no auditório do JEF/SP

## ETAPAS DA GESTÃO DE RISCOS

**1) Identificação e avaliação** – uma planilha registra os possíveis riscos e suas escalas de impacto (muito baixa, baixa, média, alta ou muito alta). Envolve a identificação de fontes de riscos, eventos, suas causas e suas consequências potenciais. Um princípio que não pode ser esquecido na identificação de riscos é que eles se relacionam com os objetivos da organização, do processo, do projeto, etc. A identificação dos riscos pode basear-se em dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, e nas necessidades das partes interessadas. Um risco é avaliado em termos de probabilidade de ocorrência e de impacto sobre os objetivos. Quanto maior a probabilidade e maior o impacto, maior é o nível do risco.

**2) Controle no gerenciamento** – aumenta a previsibilidade do resultado ao atuar sobre os riscos. Identifica o apetite e a tolerância da organização sobre eles (mais avesso ou mais tolerante). O risco inerente é aquele que está acima do apetite da organização ao risco. Neste caso, os controles são estabelecidos para reduzi-lo a um nível aceitável. Os controles são classificados como inexistente, fraco, mediano, satisfatório ou forte.

**3) Tratamento** – com o registro dos riscos preenchido, elabora-se um plano de tratamento até o ponto em que ele seja plausível e metodologicamente correto. Consiste em determinar uma resposta que seja a mais adequada para modificar a probabilidade ou a consequência de um risco. Pode envolver a remoção da fonte de risco, alteração da probabilidade, alteração das consequências, compartilhamento com outra parte, o não início ou a descontinuidade de uma atividade. De acordo com o nível do risco identificado (extremo, alto, médio ou baixo) aplica-se o tratamento mais adequado: evitando, transferindo, aceitando ou mitigando. ■

# ATIVIDADES QUE FAZEM JUS À APOSENTADORIA ESPECIAL

**T**rabalhar em alguma atividade que ofereça risco à saúde ou em condições prejudiciais à integridade física pode dar o direito à pessoa de se aposentar com menos tempo de trabalho. É a chamada aposentadoria especial.

“Em virtude de sua agressividade à saúde do trabalhador, essas atividades são consideradas de forma diferenciada para fins de aposentadoria. Assim, a pessoa que se submeter a estas atividades durante toda vida laboral fará jus à aposentadoria especial em 15, 20 ou 25 anos, conforme a agressividade do agente a que está exposta”, explica o juiz federal Marcus Orione Gonçalves Correia, titular da 1ª Vara Federal Previdenciária em São Paulo/SP.

O magistrado também lembra que se a pessoa trabalhar durante algum período nessas condições, “o lapso será contabilizado de forma também diferenciada para fins de obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição (30 anos para mulher e 35 anos para homem)”.

Outras vantagens da aposentadoria especial é que ela garante o equivalente a 100% do salário de benefício e o fator previdenciário não recai sobre seu cálculo.

A comprovação dessas atividades é feita por meio de um formulário denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que é preenchido pela empresa empregadora com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT),

expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

A empresa tem obrigação de manter atualizado o PPP abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e a ele fornecer cópia deste documento, quando da rescisão do contrato. No caso de trabalhador avulso, o PPP deve ser emitido pelo sindicato de classe ou órgão gestor de mão de obra.

A obrigatoriedade da apresentação do PPP começou em 2004. Entretanto, poderão ser aceitos outros formulários desde que emitidos até 31 de dezembro de 2003.

Além disso, de acordo com a Lei 8.213/91, que versa sobre os benefícios previdenciários, a empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referências aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à multa.

A Previdência passou a exigir também que o laudo técnico apresente informações acerca da existência de tecnologia de proteção capaz de diminuir a intensidade do agente nocivo e recomendação sobre sua adoção por parte do estabelecimento.

Nos pedidos, um perito do INSS analisará a documentação, levando em conta até que ponto o trabalhador esteve ou não protegido dos agentes nocivos

pelos equipamentos fornecidos pela empresa, por intermédio de médicos do trabalho da empresa e engenharia do trabalho, e, finalmente, conceder o benefício.

Outra forma de o trabalhador solicitar a aposentadoria especial, principalmente se ela for indeferida pelo INSS, é por via judicial, na Justiça Federal.

Para se ter uma ideia, apenas no ano de 2014, pouco mais de 20 mil ações com pedidos de aposentadoria especial entraram na Seção Judiciária do estado de São Paulo.

São várias as profissões que fazem jus à aposentadoria especial. Elas estão previstas em diversos decretos regulamentadores da Lei n.º 8.213/91. Alguns exemplos de profissões são médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em radiologia, bombeiros, investigadores e guardas com uso de arma de fogo, metalúrgicos, soldadores, profissionais que atuam na caça, pesca, agricultura, entre outros.

“No entanto, a jurisprudência, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, já assentou no sentido de que aquelas relações de atividades não são taxativas, mas apenas exemplificativas, podendo, a critério do próprio Judiciário, outras serem consideradas especiais”, explicou Marcus Orione.

E quais são essas atividades? A Justiça em Revista selecionou para o leitor algumas recentes decisões do TRF3 que determinou a profissão como atividade especial:

### **Frentista em posto de gasolina**

De acordo com a Justiça, trata-se de um trabalho considerado perigoso, pois é realizado sob gases inflamáveis que oferecem risco à vida do trabalhador. Além disso, a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) não descaracteriza o caráter especial do trabalho, uma vez que não extingue a nocividade causada ao trabalhador. 

### **Cobrador de ônibus**

Para a magistrada que proferiu a decisão, o cobrador de ônibus tem um desgaste físico maior, bem como, sua saúde ou integridade são submetidas a riscos mais elevados. 

### **Auxiliar de abate de aves**

O trabalhador, segundo o TRF3, fica exposto, de forma habitual e permanente, a fezes de aves, sangue, umidade e, durante a maior parte do tempo da jornada de trabalho, à temperatura de três graus negativos na câmara fria. 

### **Trabalho em destilaria**

Um desembargador reconheceu como atividade especial o trabalho em destilaria, pois ficou comprovado, por meio de laudo pericial, que o trabalho se dava com exposição habitual e permanente a agentes químicos (ácido sulfúrico, álcool, óleo diesel e graxa) e também a ruídos superiores ao limite legal. 

### **Auxiliar de veterinário**

Um segurado conseguiu comprovar na Justiça que sua profissão tinha exposição a agentes agressivos biológicos de forma habitual, como brucelose, leptospirose e erisipela. 

### **Analista de laboratório**

O profissional exerceu suas atividades estando exposto a agentes químicos como formol, ácidos, trifosfato de sódio, iodo, brometo, entre outros. A atividade foi considerada insalubre, perigosa e penosa e com contato com agentes nocivos. 

### **Trabalho na Sabesp**

O TRF3 entendeu que um funcionário da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) ficava exposto a agentes biológicos, microorganismos vivos e suas toxinas, como vírus, fungos, bactérias, protozoários, coliformes fecais e gases tóxicos provenientes do contato com o esgoto nas atividades realizadas em sistemas de tratamento e estações elevatórias de esgoto. 

### **Açougueiro**

Um segurado do INSS, que trabalhava nos setores de peixaria e de carnes e aves ficava exposto, de forma habitual e permanente, a temperaturas de - 10 a 5º C, o que ensejou a concessão do benefício. 

### **Trabalho em tinturaria**

O fato do trabalhador estar exposto de forma habitual e permanente a pigmentos da tinta, ácidos das misturas e umidade, fez com que obtivesse o benefício.  ■

## **AGENTES DE SEGURANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL NÃO FAZEM JUS À APOSENTADORIA ESPECIAL:**

Recentemente, o Conselho da Justiça Federal entendeu que os servidores ocupantes de cargo técnico judiciário, especialidade agente de segurança, não têm direito ao benefício. “Não há fundamento legal ou regulamentar que autorize a averbação do tempo de contribuição ponderada por tempo especial em razão de exercício das atribuições do cargo”, afirmou o ministro Herman Benjamin. Leia a notícia completa clicando no link ao lado 

# CIDADANIA TRIBUTÁRIA

## UM DESTINO CERTO PARA SEU IMPOSTO

Você já pensou em destinar parte do seu imposto de renda devido para entidades beneficentes? Saiba que isso é possível, desde que as contribuições sejam feitas a instituições que atendam os requisitos previstos pela legislação e que se enquadrem nas regras de doações com incentivos fiscais.

Para que sejam dedutíveis, as doações devem ser feitas aos fundos municipais, estaduais, distrital e nacional da criança e do adolescente, que se enquadram no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); fundos municipais, estaduais, distrital e nacional que se enquadram no Estatuto do Idoso; projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e enquadrados na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet); projetos aprovados pelo Ministério da Cultura ou pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) e enquadrados na Lei de Incentivo à Atividade Audiovisual; projetos aprovados pelo Ministério do Esporte e enquadrados na Lei de Incentivo ao Esporte.

Além dos incentivos mencionados, é possível ainda deduzir o valor total das doações e patrocínios realizados até o dia 31 de dezembro efetuados em prol de ações e serviços aprovados no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas) que é destinado à pesquisa, promoção da informação e da saúde, identificação e diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e o uso terapêutico de tecnologias assistidas voltadas às pessoas com deficiência e os vinculados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) para a promoção da informação, a pesquisa, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes ao câncer, às neoplasias malignas e afecções correlatas.

Qualquer outra doação que não estiver restrita aos projetos e fundos citados acima não poderá ser deduzida do IR do ano que vem.

As contribuições destinadas aos fundos que se enquadram no ECA, aos fundos de amparo ao idoso e aos demais projetos culturais e esportivos incentivados realizadas durante o ano não podem, somadas, ultrapassar o limite total de 6% do imposto de renda devido. E no caso das doações feitas aos projetos vinculados ao Pronas e ao Pronon, que não consideradas no limite total, não podem ultrapassar 1% do imposto devido para cada uma.

### Como doar

Há duas maneiras de fazer as doações:

» A primeira delas é destinando os recursos até o dia 31 de dezembro e informando posteriormente a contribuição na sua declaração. A informação deverá ser colocada na ficha "Doações Efetuadas" indicando os dados como nome do beneficiário, o número do CNPJ ou CPF, o código e o valor doado. O programa informará automaticamente os limites de dedução de acordo com o imposto devido do contribuinte.

» A segunda opção é fazer a doação por meio do próprio programa da Receita Federal do Brasil, no momento em que está fazendo a declaração. Nesse caso a informação deverá ser colocada na ficha "Doações diretamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente" que fica no resumo geral do programa. Deve-se optar entre o nacional, estadual/distrital ou municipal, informar o valor da doação, que deve estar dentro do limite de dedução. Contudo, nessa opção de doação o limite cai para 3%, e é calculado automa-

ticamente pelo software. As doações realizadas no próprio programa só podem ser destinadas aos fundos que se enquadram no ECA e devem respeitar o limite total de 6%. ■

Doações só podem ser deduzidas por quem usa o modelo completo de declaração. No modelo simplificado há um percentual de desconto fixo sobre a renda tributável de 20% que substitui todo tipo de dedução.

Para deduzir até 8% do imposto devido, o contribuinte deve doar 1% do imposto devido ao Pronon, 1% ao Pronas e outros 6% às outras instituições; ou 1% ao Pronas, 1% ao Pronon, 3% às demais instituições durante o ano e 3% ao ECA no momento da declaração.

Para investir em um projeto, o primeiro passo é identificar as iniciativas esportivas das quais deseja incentivar. Os projetos aptos a receber as doações podem ser consultados nos sites:

**Secretaria de Direitos Humanos** 

**Ministério do Esporte** 

**Ministério da Cultura** 

**ANCINE (Agência Nacional de Cinema)** 

**Portal da Saúde** 

# O PERIGO DA DENGUE E DA FEBRE CHIKUNGUNYA

A dengue e a febre chikungunya são duas graves doenças com crescente número de casos registrados em todo o país. De acordo com balanço divulgado no mês de março pelo Ministério da Saúde, os casos de dengue aumentaram 162% no período de um ano. Foram 224 mil, de 1º de janeiro a 7 de março de 2015, contra 85,4 mil no mesmo período do ano passado. Em relação ao chikungunya, foram registradas neste ano 1.049 ocorrências.

São Paulo está entre os estados com o maior número de pessoas infectadas pela dengue. O período de chuvas e o armazenamento de água em razão da crise hídrica, feito sem os devidos cuidados, têm sido apontados por especialistas como os principais motivos para esse crescimento.

Com o objetivo de alertar magistrados e servidores, o Núcleo de Saúde da JF/SP divulgou informações referentes aos riscos oferecidos por essas doenças, bem como o tratamento e formas de prevenção.

## Transmissão

Tanto o vírus da dengue, quanto o da chikungunya são transmitidos pelos mosquitos infectados *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. O período de maior incidência ocorre em épocas de calor e chuva, porque favorecem a reprodução dos insetos. O *Aedes aegypti* costuma picar nas primeiras horas da manhã e no fim da tarde e em locais não muito quentes. Ele pode atacar na sombra, dentro ou fora de casa.

## Sintomas

Os sintomas de ambas as doenças são semelhantes: febre, mal-estar, dores pelo corpo, cansaço e dor de cabeça. Porém, a grande diferença da febre chikungunya está no comprometimento das articulações: o vírus avança nas juntas

dos pacientes e causa inflamações com fortes dores acompanhadas de inchaço, vermelhidão e calor local. A dor é tão forte que chega a impedir os movimentos e, em algumas situações, pode permanecer por meses depois que a febre vai embora. Os sintomas aparecem entre três e sete dias após a picada do mosquito infectado. Porém, diferentemente da dengue, na chikungunya a hemorragia grave é raramente observada.

## Diagnóstico e Tratamento

O diagnóstico é feito por meio de análise clínica e exame de sangue para detectar anticorpos contra o vírus (testes sorológicos). Não há tratamento específico disponível para essas doenças. O paciente deve apenas tomar muito líquido para evitar a desidratação. Geralmente são receitados analgésicos e antitérmicos para controlar a dor e a febre. Em alguns casos, é necessária internação para hidratação endovenosa e, nos casos graves, tratamento em unidade de terapia intensiva.

Em qualquer uma das situações, deve-se evitar medicamentos a base de ácido acetilsalicílico (aspirina) ou que contenham a substância associada. Esses medicamentos têm efeito anticoagulante e podem causar hemorragia. Outros anti-inflamatórios como diclofenaco, ibuprofeno e piroxicam também devem

ser evitados, pois seu uso pode aumentar o risco de sangramentos.

## Prevenção

Evitar os focos de reprodução do mosquito é a melhor forma de se prevenir, especialmente no que diz respeito à água parada, pois é o local onde os ovos são depositados. Alguns cuidados que podem ser tomados são:

- Evitar o acúmulo de água em vasos, garrafas e pneus. Fechar bem caixas d'água e cisternas e lavar a vasilha de água de animais de estimação;
- Dar a destinação correta e adequada ao lixo doméstico, evitando descartá-lo em valetas ou nas margens de córregos;
- Limpar calhas e canos, pois um pequeno entupimento pode criar reservatórios ideais para o desenvolvimento do mosquito;
- Em caso de surtos, o uso de telas protetoras, inseticidas e repelentes também pode ser aconselhado. ■

## CHIKUNGUNYA

O significado dessa palavra no idioma africano makonde quer dizer "aqueles que se dobram", em referência à postura adotada pelos pacientes diante das dores articulares que a doença causa.



# OSASCO

Situada na Grande São Paulo e com uma população de quase 700 mil habitantes (5ª maior do estado), Osasco é conhecida como “Cidade-Trabalho” em virtude do caráter empreendedor de sua população e possui o 11º maior PIB do Brasil.

Apesar dessa importância no cenário econômico, Osasco teve a Justiça Federal inaugurada somente em 18 de outubro de 2004, pela então presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora Anna Maria Pimentel. Na época, a 30ª Subseção Judiciária ganhou apenas um Juizado Especial Federal.

Atualmente, o Fórum conta com duas varas-gabinete do JEF, uma Turma Recursal, uma Central de Conciliação, além de duas varas federais. No JEF, cerca de 10 mil processos estão em tramitação (março/2015) e mais de 60 mil ações foram distribuídas desde sua inauguração

em 2004. Nas varas federais, são cerca de 21 mil processos em andamento.

“A cada ano um número maior de pessoas tem procurado a Justiça Federal para solucionar diversas controvérsias, principalmente nos âmbitos previdenciário e cível. Os mais de 30 mil processos em tramitação na Subseção de Osasco demonstram a magnitude da atuação da Justiça Federal na região”, afirmou o juiz federal Ronald de Carvalho Filho, diretor do Fórum.

Os municípios que compõem a 30ª Subseção Judiciária, além de Osasco, são Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes e Itapeverica da Serra, com uma população total de aproximadamente 1,7 milhão de pessoas.

Localizado na rua Albino dos Santos, n.º 224, centro, o Fórum Federal de Osasco possui acessibilidade para pessoas com deficiência e, recentemente, foi

melhorada a calefação e o escoamento de água da chuva.

Mais do que isso, o Fórum possui um sistema de captação da água que cai dos equipamentos de ar-condicionado para depois utilizá-la na irrigação de plantas e limpeza de pequenas áreas. Outro diferencial da Justiça Federal em Osasco é que ela possui uma brinquedoteca desde 2007, espaço reservado para as crianças.

### Curiosidades

► O JEF de Osasco fez parceria com a Gerência Executiva do INSS local para implantação imediata de benefício ao segurado incapaz ou idoso. Um processo que marcou a todos foi de uma segurada com tumor cerebral que, em virtude da gravidade de seu estado, o processo foi julgado em tempo recorde (perícia, laudo e análise do pedido) e concedida



Inauguração da nova sede em 16/12/2010. Rua Albino dos Santos, 224, centro.

sua aposentadoria por invalidez. Infelizmente, ela veio a falecer no dia seguinte à assinatura da aposentadoria. Rapidamente, seu marido e filhos passaram a receber pensão por sua morte.

➤ Em outra oportunidade, um ex-presidente diário, ao saber que seu processo havia sido arquivado, quebrou o computador da Justiça e ameaçou agredir a estagiária que o atendia. Saiu algemado do Fórum e disse que era melhor estar na prisão do que na rua, pois não tinha mais família nem casa pra morar.

➤ Outras figuras excêntricas passaram pelo JEF de Osasco, como um senhor que descatou uma servidora e se prendeu na pilastra do prédio para não ser levado; uma mulher que sempre comparecia ao Fórum vestida de noiva para consultar sua ação de restabelecimento de seu benefício, que perdera por ter sido presa por vadiagem; e o “Senhor do Milhão” que achava que tinha um milhão de reais para receber do INSS e que o ex-presidente Lula devia a ele.

### História do município

No século XIX, às margens do rio Tietê, Osasco era um lugar de grandes fazendas e uma delas foi vendida para o imigrante italiano Antônio Agu, proprietário de vários negócios e terras na região. Por volta de 1887 resolveu ampliar sua olaria e então a pequena fábrica que produzia tijolos e telhas passou a fabricar também tubos e cerâmicas, dando origem à primeira indústria da cidade.

Em 1895, Agu construiu a Estação Ferroviária, erguendo algumas casas nos arredores a fim de abrigar os operários que chegavam para trabalhar na obra. Ele resolveu batizar a estação em homenagem à sua cidade natal na Itália, chamada Osasco, surgindo assim o nome do município.

Daí em diante Osasco continua crescendo e muitos comerciantes e indústrias se instalaram na cidade. Após um plebiscito em fevereiro de 1962, obteve sua emancipação político-administrativa, que era reivindicada há dez anos, e tornou-se município.

### Turismo na região

Osasco possui um Teatro Municipal, com capacidade para 500 pessoas e apresenta diversos espetáculos, atendendo ao público adulto, jovem e infantil. Outro ponto histórico é o Museu Dimitri Sensaud de Lavaud, também conhecido como Chaleé Brícola, onde se encontram objetos, filmes, documentos e obras de arte que contam a história da cidade. Osasco também conta com centros esportivos e culturais, como o Centro Cultural Grande Otelo e a Casa de Angola, usada como referência da cultura afrodescendente da região.

**Embu das Artes** é famosa pela grande variedade artística com oficinas de dança como capoeira e hip-hop no Centro Cultural Mestre Assis do Embu e a tradicional Feira de Arte e Artesanato, que é uma de suas principais atrações e acontece desde 1969 nas ruas do Centro Histórico. Aqueles que procuram um passeio ao ar livre podem se aventurar pela Cidade das Abelhas, localizada em uma área de preservação ambiental de 150 mil m<sup>2</sup> no meio da Mata Atlântica.

A “cidade” na verdade é um parque ecológico, cultural e de lazer que, além da visita, também realiza aulas sobre as abelhas.

**Cotia** possui o famoso Kartódromo Granja Viana, que é uma das mais belas e desafiadoras pistas do cenário nacional e internacional. Para as crianças tem a fazendinha Bichomania que abriga cavalos, avestruzes, animais silvestres como quatis e macacos, entre outros bichos. Além de brincar com os animais, a criançada também pode ordenhar as vacas.

**Itapeverica da Serra** é uma ótima opção para quem procura por um retiro espiritual, pois é lá que está localizado o Centro Ecumênico Vale dos Templos. O vale possui uma área de 42 mil m<sup>2</sup> e abriga dois templos, sendo que um deles é a réplica do templo Kinkaku-Ji, que fica no Japão e é considerado o mais bonito do mundo.

**Carapicuíba** possui uma aldeia, fundada em 1580 pelo padre José de Anchieta e hoje é patrimônio nacional. É nela que anualmente ocorre a tradicional peça “A Paixão de Cristo” em um teatro ao ar livre na Sexta-Feira Santa. ■



Vista aérea de Osasco

# EVENTOS E CULTURA



**SOCIEDADE CULTURA ARTÍSTICA** – Começa em abril a temporada 2015 de concertos internacionais da Sociedade de Cultura Artística. Até outubro serão dez apresentações na Sala São Paulo. A programação começa nos dias 6 e 8/4, quando sobe ao palco a Academia Bach de Stuttgart & Gächinger Kantorei. No mesmo mês, dias 28 e 29, o violinista

finlandês Pekka Kuusisto toca com a Filarmônica de Câmara Alemã de Bremen. Em maio, nos dias 5 e 6 apresenta-se o pianista francês Pierre-Laurent Aimard. Já nos dias 26 e 27/5 é a vez dos alemães do Trio Atos, formado por piano, violino e violoncelo. A Sala São Paulo fica na Praça Júlio Prestes, 16, Campos Elísios, São Paulo. 



**VIRADA CULTURAL** – Acontece em maio a Virada Cultural com shows, apresentações, peças teatrais, gastronomia e diversas outras atrações gratuitas durante 24 horas. Além da capital paulista, que recebe as atrações nos dias 16 e 17, outros 23 municípios do interior e litoral também participam. Nos dias 23 e 24, acontece em Bauru, Botucatu, Franca, Indaiatuba, Limeira, Marília, Piracicaba, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Já nos dias 30 e 31, o evento desembarca em Assis, Araçatuba, Araraquara, Campinas, Caraguatatuba, Ilha Solteira, Mogi das Cruzes, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santa Bárbara D'Oeste e Santos. Presenças já confirmadas: Pitty, Marcelo D2, CPM 22, Racionais MC's, Thaíde e Emicida, Nação Zumbi, Fafá de Belém, Zeca Baleiro, bandas Rastapé e Bicho de Pé, Wanderleia, Guilherme Arantes, entre outros. Litoral e interior: 

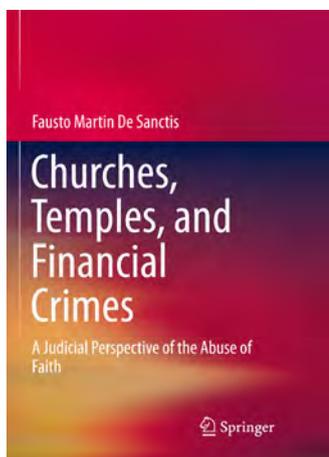


**THE BEETLES ONE** – Sentir como seria um show dos Beatles é a proposta da apresentação da banda cover The Beatles One. O espetáculo-tributo busca uma recriação nos mínimos detalhes incluindo réplicas de instrumentos musicais que os Beatles usavam. No mês de abril as cidades que recebem o espetáculo são Lins, dia 17, na Casa da Cultura; Penápolis, no dia 18, no Cine Teatro Lumini e, por último, Araçatuba, dia 19, na Praça João Pessoa. O evento faz parte do Circuito Cultural Paulista e tem entrada gratuita. 



**LEONARDO DA VINCI: A NATUREZA DA INVENÇÃO** – A exposição está pela primeira vez na América Latina e apresenta um fascinante conjunto de projetos, desenhos e maquetes produzidos em 1952 para a celebração do quinto centenário de nascimento desse expoente renascentista. A mostra conta com recursos audiovisuais que explicam as mais diversas obras do artista, além de alguns protótipos onde o público pode interagir. A exposição está no Centro Cultural Fiesp Ruth Cardoso, na avenida Paulista, 1313, e pode ser visitada diariamente, das 10h às 20h, até o dia 10/5 e a entrada é gratuita. 

## LIVROS E FILMES

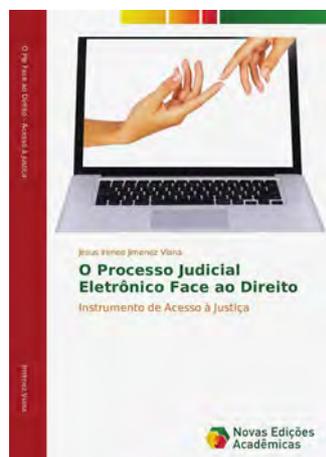


**Livro:** Churches, Temples and Financial Crimes. A judicial perspective of the abuse of faith

**Autor:** Fausto De Sanctis  
**Editora:** Springer

O desembargador federal Fausto De Sanctis do TRF3 é o autor da obra inédita sobre crimes financeiros envolvendo igrejas e templos religiosos. O livro, que será

lançado no mercado americano, asiático e europeu, examina os meios pelos quais as instituições religiosas são concebidas ou podem ser utilizadas para mascarar transações financeiras ilegais e como a lei pode ou deveria ser aplicada para combater essas atividades criminosas.



**Livro:** O Processo Judicial Eletrônico Face ao Direito

**Autor:** Jesus Ireneo Jimenez Viana

**Editora:** Novas Edições Acadêmicas

O autor e servidor da JF/SP, Jesus Ireneo Jimenez Viana, aborda no livro os aspectos do uso da Tecnologia da Informação, sob o âmbito judicial e sua relevância, e a

implementação no processo judicial eletrônico, como instrumento moderno para obter a necessária celeridade sob o aspecto processual.

## CINEMA



**PONTE ÁEREA**

**Lançamento:** 26 de março de 2015 (1h40min)

**Dirigido por:** Julia Rezende  
**Com:** Leticia Colin, Caio Blat, Emílio de Mello.

**Gênero:** Drama, Romance

**Nacionalidade:** Brasil

Um voo do Rio de Janeiro para São Paulo tem seu curso desviado para Belo Horizonte, devido à forte

chuva que castiga a capital paulista. Diante do imprevisto, os passageiros são hospedados em um hotel, dentre eles estão o carioca Bruno (Caio Blat) e a paulista Amanda (Leticia Colin). Após um rápido flerte, eles passam a noite juntos, entre encontros e desencontros, aos poucos o sentimento entre eles se intensifica, mesmo que tenham que lidar com as dificuldades dos 432 quilômetros de distância entre as cidades que vivem.

## HOME - VIDEO



**O GRANDE HOTEL BUDAPESTE**

**Lançamento** 3 de julho de 2014 (1h40min)

**Dirigido por:** Wes Anderson  
Com Ralph Fiennes, Tony Revolori, F. Murray Abraham.

**Gênero:** Comédia, Drama, Policial

**Nacionalidade:** Reino Unido, Alemanha

No período entre as duas guerras mundiais, o famoso gerente de um hotel europeu conhece um jovem empregado e os dois tornam-se melhores amigos. Entre as aventuras vividas pelos dois, constam o roubo de um famoso quadro do Renascimento, a batalha pela grande fortuna de uma família e as transformações históricas durante a primeira metade do século XX.



# DENGUE E CHIKUNGUNYA O PERIGO DOBROU

E A SUA RESPONSABILIDADE TAMBÉM

Saiba como proteger sua família seguindo estas dicas de prevenção:



Não deixe acumular água em pneus, calhas e lajes.



Não deixe acumular água em recipientes, lonas e brinquedos.



Elimine os pratos dos vasos de plantas.



Caixas-d'água sempre fechadas com tampas ou telas.

Se você perceber sintomas como:



Febre alta



Manchas vermelhas no corpo



Fraqueza, dor intensa no corpo ou nas juntas



Dor de cabeça ou no fundo dos olhos

**Não tente se automedicar, é muito perigoso. Procure imediatamente uma das unidades de saúde.**

**Informações:**  
[prefeitura.sp.gov.br](http://prefeitura.sp.gov.br)  
ou ligue 156.



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

*Fazendo o que precisa ser feito.*



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de São Paulo